
AS IMPLICAÇÕES DO APOIO SOCIAL NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Jackeline Maria de Souza¹
Renata Silva Teixeira²

RESUMO

A temática central desse estudo ressalta a importância e necessidade de se repensar como concepções a respeito da violência escolar vêm sendo transformadas a partir dos condicionamentos gerados pela modernidade. Considerando esse contexto, o presente artigo intenta apresentar uma análise teórica acerca de fatores que se interligam a violência enfocando os momentos em que estes se integram no espaço escolar. Embasando a perspectiva de que a violência é um fenômeno multicausal que não pode ser compreendido focalizando somente os envolvidos diretamente e os incidentes restritos ao ambiente escolar. E assim, entender o apoio social como um fator de proteção que pode permear o cotidiano escolar possibilitando uma diminuição ou abafamento das conseqüências causadas pelas manifestações da violência na escola.

Palavras-Chave: Apoio social, Violência escolar, Adolescentes.

ABSTRACT

The central theme of this study underscores the importance and need to rethink how conceptions of school violence have been transformed from the constraints generated by modernity. Considering this context, this article attempts to present a theoretical analysis about factors that interlock violence focusing on the times when these are integrated within the school. Reinforcing the view that violence is a multicausal phenomenon that can not be understood by focusing only those directly involved and incidents restricted to the school environment. And so, to understand social support as a protective factor that can permeate the school routine enabling a reduction or muffling of the consequences caused by the manifestations of violence in school.

Keywords: Social support, School violence, Adolescents.

INTRODUÇÃO

A violência escolar vem sendo há tempo objeto de preocupação não só de pais e professores, mas também de estudiosos de várias áreas do conhecimento. Entre elas podemos destacar: Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, entre outras.

¹ Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, vinculada ao grupo de pesquisa Normas Sociais, Estereótipos, Preconceito e Racismo. E-mail: jackeline.souza1@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. E-mail: renatinha-st@bol.com.br. Este artigo foi orientado pelo prof. Dr. Joilson Pereira da Silva.

No momento essas inquietações pairam sobre as modificações que ocorreram, nos últimos anos, na concepção desse termo, e recaem de forma mais significativa sobre uma forma específica dessa violência, o fenômeno bullying. Inicialmente, no contexto internacional, a violência escolar era caracterizada pelos pequenos atos de vandalismo como vidros quebrados e pinturas nas paredes, contudo, pesquisas recentes vêm confirmar que esta problemática tem trazido padrões de conduta mais graves relacionados à violência física e verbal (MUSITU, ESTÉVEZ & JIMÉNEZ, 2009).

Deste modo, a violência escolar deixou de ser concebida como um fenômeno relacionado unicamente ao indivíduo e passou a ser considerada em um aspecto mais amplo, ligado aos fatores sociais. Porém, é necessário destacar que as inquietações com relação à violência no ambiente escolar surgiram nos estudos acadêmicos brasileiros a partir de 1980. Essas pesquisas partiam do pressuposto de que essa temática se referia apenas às depredações e danos aos prédios escolares, ou seja, agressões contra o patrimônio. Em meados da década de 90 e início dos anos 2000 essas investigações passam a contemplar o estudo das relações interpessoais agressivas, envolvendo alunos, professores e outros agentes da comunidade escolar, ou seja, agressões contra a pessoa (ANTUNES & ZUIN, 2008; STELKO-PEREIRA & WILLIAMS, 2010).

Diante desse contexto, a violência no âmbito escolar é atualmente determinada como um problema de saúde pública que vem crescendo mundialmente, uma vez que afeta diretamente o bem-estar dos sujeitos. Assim, traçar medidas interventivas sobre este fenômeno é vital para melhorar a qualidade de vida das crianças/adolescentes escolarizados, devendo por isso, constituir uma prioridade de pesquisa. Pois, a experiência em uma situação de violência escolar pode constituir consequências marcadamente negativas na vida dos envolvidos (MENDES, 2011).

Por isso o presente artigo objetiva, com base na literatura, apresentar fatores que se correlacionam com a violência escolar tendo como intuito demonstrar os pontos que revelam certa aproximação entre estes aspectos além de estabelecer uma conexão com o recurso psicossocial, o apoio social. Dentre os fatores de proteção, o apoio social é o que

possui maior destaque por desempenhar grande influência positiva no desenvolvimento do ser humano. Visto que, a presença de fatores de proteção tem sido relacionada à redução de comportamentos-problema na adolescência, mesmo que no decorrer do desenvolvimento existam muitos fatores de risco presentes.

AMBIENTE ESCOLAR E VIOLÊNCIA NA ESCOLA

As instituições educativas nasceram da necessidade das gerações mais antigas transmitirem para as mais novas os resultados das suas experiências, tendo como objetivo preservar e recriar os produtos culturais (ABRAMOVAY, 2008). A escola, porém, era muito mais utilizada para fazer comunicados do que para fazer comunicação, formando assim indivíduos sem o poder de reflexão.

Atualmente, a escola desempenha muitas funções devido às exigências da sociedade. Essa instituição tem como principal característica ser uma escola reflexiva, ou seja, está constantemente se autoavaliando. Além disso, ela procura rever sua função social e organizativa, buscando proporcionar ao indivíduo viver, conviver e interagir em sociedade. Ao contrário de antigamente, onde ela tinha apenas uma função: transmissão dos conhecimentos aglomerados pelos nossos antepassados (STELKO-PEREIRA & WILLIAMS, 2010).

Essas funções fazem com que a escola forme um cidadão capaz de interagir com os outros, estimulando atitudes e valores que estejam ligados à afetividade, a sociabilidade, a cognição e a personalidade. No que se refere ao desenvolvimento social, espera-se que a escola se apresente como um lugar de convivência e aprendizagem, uma vez que proporciona aos alunos situações de igualdade e convívio com as diferenças, experiência de relações de hierarquia, que dentre outras, terão impacto estruturante na formação do indivíduo (STELKO-PEREIRA & WILLIAMS, 2010).

É neste cenário que as crianças e os adolescentes têm a possibilidade de aumentar sua rede de interações e relações para além do contexto familiar, desenvolvendo

independência, autonomia e expandindo sua noção de pertencimento à vida social. As características de personalidade aliadas às habilidades sociais contribuem para definir a maneira com que o indivíduo interage com seus pares e tal aprendizagem representa um exercício para o convívio em sociedade (CATINI, 2004).

Deste modo, o contexto escolar serve como panorama para distintos processos e fenômenos grupais, dentre eles a violência. No entanto, para se delimitar uma conceituação do que seja esse tipo de comportamento agressivo é necessário, antecipadamente, abordar alguns dos aspectos presentes na violência escolar para inseri-la no fenômeno da violência. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002) este fenômeno é definido como a utilização de força física ou poder, de forma intencional, compreendendo uma ameaça ou a ação, contra si ou contra outros, que gera ou tem uma probabilidade de desencadear conseqüências psicológicas negativas, morte, ferimentos, mau desenvolvimento ou privação.

A explicação sobre o motivo de incluir a violência escolar no fenômeno mais amplo da violência remete-se a entendê-la como algo explícito, capaz de ser percebido pela vítima. Porém, existe outro elemento mais sutil e de complicada apreensão na conceituação desse fenômeno e, por conseguinte, no que se refere aos comportamentos agressivos que permeiam o âmbito escolar: o que se entende por violência simbólica. De acordo com as explicações apresentadas em pesquisas realizadas por Odalia (2004) “nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua estrutura facilmente identificável. (...) o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida” (p. 22-23).

Bourdieu e Passeron (1975) apontam que de acordo com sua posição dentro da sociedade, o indivíduo apresenta uma matriz (habitus) pela qual organiza suas percepções, atitudes e pensamentos. As classes dominantes, presentes em uma sociedade estratificada, regem os significados culturais estabelecendo quais são os mais relevantes, de modo que a cultura apresenta um caráter político e de conservação da ordem social instituída. A violência simbólica proposta ainda por esses autores, é indicada para esclarecer a adesão dos dominados: a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas

lingüísticas e outras, dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções. Contudo, a violência escolar, por fazer parte do fenômeno da violência mais geral, também coliga em seu conceito essa violência sutil, estrutural, que reduz as probabilidades do indivíduo de classe popular modificar sua realidade e ascender socialmente.

Portanto, quando discutimos sobre a violência na infância e na adolescência automaticamente associamos aos contextos onde ela acontece. Sendo assim, o termo violência escolar, segundo Lopes Neto (2005), abarca todos os comportamentos agressivos e antissociais, incluindo os conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, etc. Muitas dessas situações dependem de fatores externos sejam eles culturais, históricos, geográficos até mesmo a idade, o sexo e o status social. Logo, a violência escolar é demarcada por vários tipos de violência que estejam integradas ao ambiente escolar, dentre elas podemos destacar o bullying.

Nas palavras de Lopes Neto (2005), esse tipo de violência, o bullying, engloba todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que acontecem sem motivação aparente, adotadas por um ou mais alunos contra outro(s), gerando angústia e dor, e realizadas dentro de uma relação desigual de poder. Logo, as ações repetidas entre alunos e o desequilíbrio de poder são os fatores primordiais que podem possibilitar a intimidação da vítima.

Rolim (2008) afirma que o termo violência escolar tem sido utilizado no Brasil para designar condutas destrutivas evidentes, como, por exemplo, agressões físicas, porte de armas de fogo, depredação de escolas e ameaças ou agressões a professores. E esse comportamento agressivo na adolescência é entendido como “atos socialmente inaceitáveis que resultam em dano ou prejuízo a si próprio, a outros, geralmente envolvendo violência física e força” (BANDEIRA, 2009, p.17).

Diante disso, determinados comportamentos agressivos são esperados durante o período da adolescência e podem até mesmo ter benefícios adaptativos. De acordo com a literatura a adolescência é identificada como sendo a fase de maior ocorrência de bullying

revelando uma maior incidência dos episódios que envolvem a violência escolar e esse fenômeno (ROLIM, 2008).

ADOLESCÊNCIA E GRUPOS

A adolescência, compreendida como uma fase de transição entre a infância e a adultez, é vista há tempo como objeto de preocupação de estudiosos de várias áreas do conhecimento (ciências sociais, ciências humanas, da saúde e educação). Por ser um período caracterizado por modificações físicas, sexuais, cognitivas e emocionais, existe um embate entre as informações pessoais e o meio ambiente (ALMEIDA FILHO *et al*, 2007). Diante deste contexto, surge um imenso desejo de participação dentro da sociedade por parte dos adolescentes, tornando-os bastante influenciados pelo meio.

O período da adolescência envolve também experiências de dor, perda e confusão. As mudanças qualitativas ligadas à personalidade fazem com que os adolescentes, geralmente, se percebam como um enigma para si e para os outros. O adolescente almeja então encontrar sua autonomia e romper com as antigas identificações pertencentes a sua infância (CUVELLO, 2004).

Nesse sentido, o adolescente tenta se socializar levando em conta um meio social complexo e mutável que exige dele atitudes de criança em determinadas situações e em outras espera atitudes de adulto. Os atores sociais que agem nesse meio social também exigem dos jovens uma definição em termos de estudo, de profissão, de aceção em todos os níveis, embora essa personalidade esteja ainda em formação e passando por inúmeros conflitos.

Ainda sobre esse contexto, Sant'Ana (2003) destaca que existe uma forte tendência dentro da sociedade em considerar a representação social da adolescência como conflito de identidade, não obediência às normas sociais e um período difícil. Porém, em sua pesquisa com conselheiros tutelares, verificou, com base nos discursos destes, que ocorreram algumas modificações dessa concepção arraigada do ser adolescente. Os

conselheiros apontaram os adolescentes como sujeitos de direitos agregados à condição de cidadãos.

Em comum acordo com estas ideias, Ozella (2002) acrescenta que a fase da adolescência é compreendida apenas como um estado e não como condição social. Essas acepções interferem na forma de compreender a adolescência como um processo que se constrói de acordo com a história. “A adolescência é criada historicamente pelo homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais” (p.21).

Isso posto, ao notar que são indivíduos com características distintas, muitos adolescentes tendem a se opor às ideologias influenciadas por determinados grupos sociais (adultos, autoridades), estabelecendo, às vezes, um processo de afastamento e aproximação, de fuga e luta com relação a estes. Devido também ao início do longo processo de busca da identidade adulta e a conseqüente perda do papel infantil, as relações entre pais e seus filhos adolescentes vão se modificando. É necessário enfatizar que essa busca não é um processo restrito a adolescência, mas sim se constitui desde a mais tenra idade.

Com o intuito de alcançar essa identidade adulta, o grupo de amigos assume uma função relevante nesse período e o adolescente se agrega como membro nos grupos que estão mais próximos. A construção de novas identidades e a elaboração de novos vínculos é gerada também a partir da integração dos adolescentes a esses grupos, que possuem códigos próprios e valores morais específicos (CUVELLO, 2004). Portanto, a transição entre o mundo infantil e o adulto também será auxiliada por esse grupo de amigos.

Por ser considerado um período de mudanças significativas, de cunho psicossocial e biológico, Almeida Filho *et al*, (2007) declara que a adolescência transfere os adolescentes para um grupo vulnerável às distintas influências, que por sua vez ocasionará uma contribuição positiva ou negativa no curso de suas vidas. No entanto, essa vulnerabilidade, a qual o adolescente está sujeito, devido às diversas transformações pelas quais passa, o expõe a muitos riscos como, por exemplo, o uso/abuso de drogas. Segundo

Bandeira (2009) essas transformações físicas que acontecem na adolescência servem como alvo para o bullying.

Desta forma, existem quatro contextos fundamentais que abrangem o desenvolvimento e o comportamento dos adolescentes nas sociedades modernas, que são a escola, o grupo de amigos, o ambiente de lazer ou trabalho e a família. A expressão e o desenvolvimento de autonomia recebem uma contribuição das experiências vividas nos grupo de amigos. Ela oportuniza interação e lazer, o que contribui para o desenvolvimento de intimidade, melhora no humor e bem-estar psicológico do adolescente. Por estes motivos é importante o conhecimento de como os grupos de amigos se constituem e o que ocorre dentro de suas fronteiras para o entendimento do desenvolvimento dos adolescentes na nossa sociedade (BANDEIRA, 2009).

Diante desse panorama, que abarca todos os aspectos referentes ao comportamento agressivo presente no ambiente escolar optamos por correlacionar essas práticas a função que o apoio social pode desempenhar na vida desses adolescentes. Destaca-se a relevância de estudar esse recurso psicossocial por este estar relacionado a desfechos positivos de saúde, o que estaria atuando como um agente protetivo para as consequências negativas da violência escolar.

APOIO SOCIAL

A rede de apoio social é compreendida como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que formam os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (BRITO & KOLLER, 1999). O apoio social é considerado uma importante dimensão do desenvolvimento, constituindo uma interface entre o sujeito e o sistema social do qual ele faz parte (GARMEZY & MASTEN, 1994).

O apoio social apresenta um efeito protetivo que está interligado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento das adversidades, possibilitando a construção de processos de resiliência e desenvolvimento adaptativo. Essa resiliência é

concebida como a habilidade que tem um ser humano de se recuperar psicologicamente ao se deparar com violências, infortúnios e catástrofes na vida (PINHEIRO, 2004). Deste modo, todas as relações que o indivíduo estabelece com as outras pessoas, advindas dos diversos microsistemas nos quais transita como família, amigos, escola, entre outros, podem ostentar a função de fornecer apoio (GARMEZY & MASTEN, 1994).

Para as crianças, a primeira rede de apoio social é a família sendo que os fatores determinantes da percepção de apoio social, a relação de apego com o cuidador primário é o componente mais crítico do desenvolvimento. Aquelas pessoas que têm uma relação de apego positiva tendem a acreditar que outras pessoas são confiáveis e mais capazes de oferecer ajuda (SIQUEIRA, BETTS & DELL'AGLIO, 2006).

Ao longo do desenvolvimento, o mundo social da criança começa a expandir-se, a fim de incluir membros não pertencentes à família, como amigos e professores. Inicia-se a formação da rede de apoio social, baseada também, nas qualidades pessoais da criança, como responsividade e temperamento. Em situações de risco, a expectativa de apoio percebido e recebido dos pais reduz a angústia da criança. Do mesmo modo, o apoio familiar traz conseqüências positivas para todos, sendo ainda mais importante para crianças e adolescentes que vivenciam níveis altos de estresse, advindos de famílias com problemas socioeconômicos (HOPPE, 1998).

Associados a família, os amigos desempenham o papel de fonte de apoio, que está relacionado à conservação do bem-estar ao longo do desenvolvimento. Episódios que desencadeiam estresse aliados ao apoio emocional dos amigos habilitam o indivíduo a construir estratégias mais adaptativas. As relações de afetividade que são "(...) desenvolvidas com pares, são capazes de torná-lo mais eficaz, pois trazem consigo um conjunto de recursos pessoais e sociais que diluem os efeitos negativos das situações adversas" (SIQUEIRA, BETTS & DELL'AGLIO, 2006, p.150).

Durante a fase da adolescência, em especial, acontece um distanciamento progressivo dos filhos de seus pais e um direcionamento para as interações com grupos de pares, com o intuito de propiciar a busca e a construção da identidade própria. Porém, se o

grupo apresentar comportamentos desviantes, como delinqüência e abuso de substâncias, o adolescente poderá ser exposto a situações de risco, nas quais suas capacidades serão provocadas, ampliando a sua vulnerabilidade.

Pesquisas como a de Wills, Blechman e McNamara (1996) têm destacado diferentes tipos de apoio percebido sendo que o emocional, o instrumental e o informacional são considerados os mais relevantes para adolescentes. O apoio emocional é entendido como a habilidade da rede social em satisfazer as necessidades individuais em relação a problemas emocionais, por exemplo, situações que exijam sigilo e encorajamento em momentos difíceis da vida; o apoio instrumental refere-se a provisão de recursos práticos e ajuda material e o apoio informacional é definido como contar com pessoas que aconselhem, informem e orientem.

O estudo de Pesce *et al* (2004) leva em consideração as categorias apresentadas, propondo duas novas categorias: apoio afetivo e apoio de interação positiva. O apoio de interação positiva refere-se à probabilidade de obter apoio na concretização de atividades em conjunto, como se divertir, fazer atividades prazerosas e distrair-se com alguém; e o apoio afetivo é aquele apoio fornecido através da demonstração de afeto e amor, como dar um abraço.

Ao investigar a correlação entre apoio social e adolescente institucionalizado constatou-se que estes consideram os adultos, especificamente a família, como a principal fonte de apoio, apesar do valor que os grupos pares assumem nesta fase de desenvolvimento. Devido às circunstâncias adversas e a carência de materiais a que esses adolescentes foram expostos, os adultos tornam-se importantes por serem potencialmente mais aptos a fornecerem apoio, em especial, o apoio instrumental. O contexto institucional se constitui em um artifício fundamental de suas redes de apoio, demonstrando potencial fonte de apoio instrumental, emocional e afetivo, através do estabelecimento de novos vínculos afetivos com adultos e com pares (SIQUEIRA, BETTS & DELL'AGLIO, 2006).

No que diz respeito à conexão entre apoio social e violência escolar é necessário, inicialmente, entender que existem fatores que podem contribuir para um desenvolvimento

seguro e saudável, denominados fatores de proteção, bem como fatores que interferem de forma negativa nesse processo, os fatores de risco. Fatores de risco são as condições ou variáveis que estão associadas à maior probabilidade de gerar resultados negativos e indesejados no desenvolvimento humano, envolvendo comportamentos que comprometem a saúde, o bem-estar ou o desempenho social (SIQUEIRA, BETTS & DELL'AGLIO, 2006).

Esses fatores de risco podem ser individuais e ambientais. Os riscos ambientais referem-se a situações de vulnerabilidade como, por exemplo, envolvimento em situações de violência escolar e os riscos individuais correspondem a aspectos intrínsecos dos sujeitos. Por conseguinte, os fatores de proteção são aqueles que possibilitam um ambiente favorável ao desenvolvimento e reduzem a incidência e gravidade de resultados negativos frente aos fatores de risco. O apoio social integra esses fatores de proteção, pois ele compreende as relações e os vínculos estabelecidos, bem como a sua manutenção. Esse recurso psicossocial é considerado a interface entre o sujeito e o sistema social do qual ele participa (GARMEZY & MASTEN, 1994).

Dessa forma, a violência escolar é uma questão importante, urgente e se configura como um problema de cunho social que pode trazer conseqüências individuais ligadas principalmente ao sofrimento psíquico e a não adaptação. A partir daí percebe-se a importância do apoio social cuja finalidade é auxiliar a pessoa na adaptação a determinadas situações, como estresse, ajustamento social, enfermidades e a própria adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais conceituações, nota-se a importância de aprofundar estudos que correlacionem às situações de violência escolar ao apoio social, tendo em vista, compreender dentre as cinco dimensões do apoio social quais fazem parte do contexto no qual esse tipo de violência acontece. Por conseguinte, entender se o fato de existirem papéis (alvo, autor, alvo/autor e testemunhas) que configuram as manifestações da violência na escola acarreta numa adequação ao tipo de apoio percebido. Visto que, em pesquisas com adolescentes abrigados foi identificado que estes consideram os adultos como a relevante

fonte de apoio, apesar da importância que os pares assumem nesta fase de desenvolvimento.

Estudos dessa natureza contribuem para responder as inquietações que perpassam na sociedade contemporânea acerca da saúde e bem-estar do indivíduo. E principalmente, a respeito da fase da adolescência devido à construção de sua identidade social e risco que permeiam a vida deste nesse período.

Neste sentido, esta análise teórica é de fundamental importância para que possamos contribuir com a ampliação de pesquisas que tenham como temática a violência escolar, subsidiando a implantação de políticas públicas destinadas a suprir essa demanda social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. Escola e violências. In: **Revista Observare**. A revista do Observatório Interdisciplinar de Segurança Pública do Território. v. 4. 2008, p. 1-7. Disponível em: <http://www.observatorioseguranca.org>. Acesso em 20 de janeiro de 2011.
- ALMEIDA FILHO, A. J., SILVA, R. C., FERREIRA, M. A., SANTOS, T. C. F., GOMES, M. L. B. O adolescente e as drogas: conseqüências para a saúde. In: **Rev. Enferm. Esc. Ana Nery**, nº 34, 2007, p. 605-610.
- ANTUNES, D. C. & ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. In: **Psicologia & Sociedade**, nº 1, 2008, p. 33-42.
- BANDEIRA, C. M. **Bullying: Auto-Estima e diferenças de gênero**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- BRITO, R., & KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: A. M. Carvalho. (Org.). **O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação**. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 1999, p. 115-129.
- BOURDIEU, P., & PASSERON, J. C. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CATINI, N. **Problematizando o bullying para a realidade brasileira**. Campinas, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2004.

CUVELLO, S. T. V. **Representação social de adolescentes sobre o “viciado” em drogas.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

GARMEZY, N., & MASTEN, A. Chronic adversities. In M. Rutter, E. Taylor & L. Herson. (Eds.). **Child and adolescent psychiatry.** Oxford, UK: Blackwell, 1994, p. 191-207.

HOPPE, M. **Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

LOPES NETO, A. A. Bullying - Comportamento agressivo entre estudantes. In: **Jornal de Pediatria**, nº 5, 2005, p. 164-172.

MENDES, C. S. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. In: **Rev. Esc. Enferm.**, nº 3, 2011, p. 581-588.

MUSITU, G., ESTÉVEZ, E. & JIMÉNEZ, T. Problemas em las aulas: violencia e victimizacion escolar. In: Hernández, R. L., et al. (Org.). **Estilos parentales y otros temas em la relación, de padres y adolescentes.** Universidad Autónoma de Nuevo León, 2009, p. 191-221.

ODALIA, N. **O que é violência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

Organização Mundial da Saúde. **World Report on Violence and Health.** Geneva: World Health Organization Press. 2002. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: Koller, S. H. **Adolescência e Psicologia: concepções e reflexões críticas.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 16-24.

PESCE, R., ASSIS, S., SANTOS, N., & OLIVEIRA, R. Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, nº 20, 2004, p. 135-143.

PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. In: **Psicologia em Estudo**, nº 1, 2004, p. 67-75.

ROLIM, M. **Bullying: O pesadelo da escola, um estudo de caso e notas sobre o que fazer.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SANT'ANA, M. T. P. (2003). **Representação social dos conselheiros tutelares: análise de uma prática.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santos, 2003.

SIQUEIRA, A. C., BETTS, M. K. & DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. In: **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, nº 2, 2006, p. 149-158.

STELKO-PEREIRA, A. C., & WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. In: **Temas em Psicologia**, nº 1, 2010, p. 45 – 55.

WILLS, T, BLECHMAN, E., & MCNAMARA, G. Family support, coping and competence. In: M. Hetherington & E. Blechman. (Eds.). **Stress, coping and resiliency in children and families**. New Jersey, USA: Lawrence Erlbaum, 1996, p. 107-133.

Recebido: 03/06/2012

Aprovado: 11/10/2012